

Parcelado sem juros tem que continuar sendo usado sem virar bola de neve, diz Campos Neto

O Banco Central quer que pessoas continuem comprando no parcelado sem juros, mas “sem gerar bola de neve nos juros do rotativo”, afirmou Roberto Campos Neto, presidente da instituição.

“Estamos tentando achar uma solução para que consigamos equilibrar as coisas, para que as pessoas continuem comprando no parcelado sem juros, para que a gente não tenha uma bola de neve no efeito do rotativo”, disse Campos Neto em evento do jornal O Estado de S. Paulo em parceria com a B3, na segunda-feira (23).

Na segunda passada (16), o BC se reuniu com representantes de bancos, adquirentes, cartões e varejo para discutir a regra da lei do Desenrola,

que limita a dívida do rotativo a 100% do valor original caso o próprio setor não chegue a outra fórmula para reduzir as altas taxas. Atualmente, os juros dessa modalidade estão em 445,7% ao ano.

Para Campos Neto, “a regra de que a dívida não pode dobrar não abaixa os juros, o seu efeito seria marginal”.

O texto da lei aprovada não cita compras parceladas nem parcelamento sem juros, mas bancos têm defendido que reduzir o número de parcelas sem juros ajudaria a baixar a taxa do rotativo, porque reduziria a inadimplência. Não há contudo estudos públicos independentes que mostrem essa relação de causa e efeito.

Nesta segunda, Campos Neto afirmou que houve crescimento no Brasil tanto do

parcelamento sem juros no cartão de crédito (hoje equivalente a 15% do crédito) quanto da taxa de juros do rotativo e da inadimplência. “Talvez não fazer nada não seja uma solução.”

“Para ter solução estrutural, várias peças precisam estar dispostas a ceder um pouco. Esse tipo de autorregulação é superdifícil porque são vários setores que pensam diferente”, disse o presidente do BC.

Para ele, o saudável seria que o mercado de crédito fosse mais diverso, com um tipo de crédito para cada objetivo. “O CDC [Crédito Direto ao Consumidor], que é o crédito natural do consumidor, cresce pouco, talvez porque o parcelado sem juros cresceu demais”.

Júlia Moura/Folhapress



Economia



Economistas reduzem previsão do PIB pela primeira vez em seis meses

Página - 03

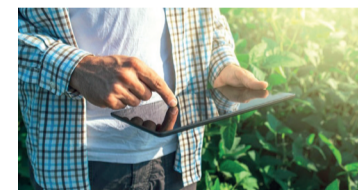
Mercado reduz previsão da inflação de 4,75% para 4,65% este ano

Página - 03



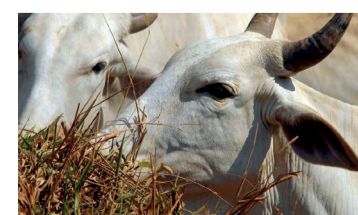
Agro continuará com papel importante na produção das energias do futuro

Página - 05



Valor da Produção Agropecuária é atualizado para R\$ 1,150 trilhão este ano

Página - 05



Política

Lula diz que salário mínimo precisa aumentar todo ano

Página - 04

Estatual controlada pelo centrão abre investigações sobre uso político da água

Página - 04

No Mundo

Sob pressão, Israel enfrenta Hamas dentro da Faixa de Gaza



Forças de Israel e do Hamas se enfrentaram em solo na Faixa de Gaza no primeiro combate divulgado pelos dois lados desde o começo da atual guerra entre Tel Aviv e o grupo terrorista que administra a região desde 2007.

Segundo as IDF (Forças de Defesa de Israel), houve incursões limitadas na noite do domingo (22) para esta segunda (23), além do bombardeio de 320 alvos. “Houve ataques com tanques e forças de infantaria para matar esquadrões de terroristas que se preparam para o próximo estágio da guerra”, afirmou o porta-voz Daniel Hagari.

“As incursões também procuram o que for possível em termos de inteligência

sobre os reféns”, disse, elevando para 222 o número de civis e soldados levados pelo Hamas no mega-ataque terrorista contra Israel no dia 7 passado, a maior ação contra o país em 50 anos, que levou ao conflito atual. O Hamas diz ter 250 cativos.

O grupo palestino afirmou, em um comunicado na noite do domingo, que havia repellido “infiltrações israelenses em Khan Yunis”, destruindo um tanque e duas escavadeiras rivais --algo que Hagari não comentou.

A cidade fica no sul da Faixa de Gaza, fora da zona de exclusão militar determinada no dia 13 pelos israelenses, e está lotada de refugiados. Segundo os palestinos, a maior parte dos 436 civis

mortos nesta segunda estava na região.

Das 26 pessoas à espera de repatriação para o Brasil, 16 estão quatro apartamentos de Khan Yunis. O embaixador brasileiro na Palestina, Alessandro Candeadas, disse à reportagem que todos estão bem por ora, mas muito angustiados. O restante do grupo está em Rafah, ponto da fronteira com o Egito.

Já houve relato de outras ações pontuais por terra em Gaza, mas esta é a primeira vez que ambos os beligerantes contam histórias semelhantes de engajamento. Sob a ótica israelense, é uma forma de dar uma resposta pública à pressão que o governo de Binyamin Netanyahu tem sofrido.

Igor Gielow/Folhapress

Piloto é preso por tentar desligar motores de avião com mais de 80 a bordo

Um piloto da companhia aérea Alaska Airlines foi preso no domingo (22), sob acusação de tentativa de homicídio contra mais de 80 passageiros e tripulantes, após supostamente tentar desligar os motores de um avião em pleno ar. Ele estava de folga e viajava na aeronave como passageiro.

O voo QXE2059 decolou de Everett, Washington, com destino a São Francisco, às 17h23 de domingo (horário local), segundo informou a Alaska Airlines em um comunicado.

Ele era operado pela Horizon Air, subsidiária da Alaska Airlines, mas teve que ser desviado devido a uma ameaça de segurança referente a uma pessoa que ocupava um assento auxiliar no interior da cabine de comando, apurou a NBC News. “O ocupante do

assento auxiliar tentou, sem sucesso, interromper o funcionamento dos motores. O capitão e o primeiro oficial da Horizon responderam rapidamente, a potência do motor não foi perdida e a tripulação protegeu a aeronave sem incidentes”, disse a Alaska Airlines em comunicado encaminhado à imprensa.

O voo, que decolou por volta das 17h30 (horário local) do domingo, teve que ser desviado e pousou cerca de uma hora depois no aeroporto de Portland, em segurança, segundo dados da FlightAware.

O causador do incidente foi identificado como um piloto da companhia, que estava fora de serviço. O assento auxiliar da cabine de comando é geralmente utilizado por pilotos fora de serviço, que retornam de viagens ou se dirigem a aeroportos para iniciar sua jornada de voos.

Folhapress



Rússia e Otan trocam ameaças após dano a gasoduto no Báltico



Enquanto as preocupações globais são direcionadas à guerra entre Israel e o Hamas, uma nova crise ganha corpo entre a Rússia e a Otan na nova fronteira de atrito entre Moscou e aliança militar liderada pelos EUA: o mar Báltico.

Foi sob suas águas que um gasoduto ligando os membros da Otan Estônia e Finlândia, este um país que aderiu ao clube devido à invasão russa da Ucrânia, sofreu danos e teve de ser desativado há duas semanas. Uma linha de transmissão de dados que corria em paralelo também foi cortada. Helsinque diz que o sistema Balticco-

necto foi alvo de sabotagem, e pediu explicações tanto à China quanto à Rússia acerca da presença de navios seus na região. Diferentemente do que ocorreu nos dutos russos Nord Stream, no ano passado, não houve explosão submarina: os investigadores localizaram uma peça grande e pesada próxima da área afetada, sugerindo que ela foi jogada de uma embarcação.

Na sexta (20), o presidente da Letônia, Edgars Rinkevics, disse que a Otan deveria fechar as rotas marítimas russas no mar Báltico se for provada sua participação no incidente. O ato equivaleria a uma declaração de guerra. O pequeno

Estado Báltico é vizinho da igualmente ex-república soviética da Estônia e também membro da aliança militar.

O Kremlin reagiu nesta segunda (23). “Eu repito mais uma vez: a Rússia não teve nada a ver com isso. Qualquer ameaça tem de ser levada a sério, não importa de quem venha. Qualquer ameaça à Federação Russa é inaceitável”, disse o porta-voz Dmitri Peskov.

Ele voltou a acusar os EUA e seus aliados pela explosão de 3 dos 4 ramais do sistema Nord Stream, que era a principal ligação entre a Rússia e a Alemanha antes da crise que levou à Guerra da Ucrânia.

Igor Gielow/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Economistas reduzem previsão do PIB pela primeira vez em seis meses



Pela primeira vez em seis meses, os economistas ouvidos pelo BC (Banco Central) reduziram a previsão para o PIB (Produto Interno Bruto) deste ano. No boletim Focus divulgado na segunda-feira (23), o mercado estima crescimento de 2,90%, uma diminuição de 0,02 ponto percentual em relação à semana passada, quando o índice estava em 2,92%.

O mercado vinha promovendo alterações na expectativa, mas sempre para cima nos últimos seis meses. A última vez em que houve queda na comparação à previsão da semana anterior foi em 17 de abril, quando o mercado previa um PIB de 0,976%, abai-

xo do 0,9947% da semana anterior.

Depois disso, o relatório apontou estagnação ou alta a cada semana. O resultado ocorre na semana seguinte à divulgação do IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do Banco Central), sinalizador do PIB, que registrou queda de 0,77% em agosto na comparação com julho, segundo números dessazonalizados.

A contração foi maior do que esperada pelo mercado, que estimava redução de 0,30% de acordo com pesquisa da agência de notícias Reuters. Após a divulgação do índice na sexta-feira (20), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a afirmar que está preocupado com o resultado do terceiro trimestre.

“Estamos preocupados com o nível de atividade, sobretudo no terceiro trimestre, sabendo que a inflação está convergindo para a meta no tempo, como no mundo inteiro”, disse Haddad no gabinete do Ministério da Fazenda em São Paulo.

Apesar do temor, o ministro mantém a expectativa que o Brasil deve terminar o ano com crescimento em torno de 3% no PIB, mas disse que é preciso ver como será o crescimento na margem, porque é isso que irá projetar o desempenho da economia no futuro.

Se houve a queda na previsão para 2023, os economistas mantiveram os mesmos índices para o PIB em 2024 (1,5%), 2025 (1,9%) e 2026 (2%).

Fernando Narazaki/Folhapress

Reforma Tributária beneficia serviços responsáveis por 94% dos empregos no setor

Mais de 90% das receitas e do emprego no setor de serviços estão ligados a atividades que devem ser beneficiadas pela Reforma Tributária, segundo cálculo do advogado, economista e consultor do Banco Mundial Eduardo Fleury.

Estão nessa lista empresas do Simples Nacional, cuja adesão ao novo sistema é optativa, serviços prestados a outras empresas, com recuperação do imposto pago, e atividades que terão redução de alíquota.

O estudo tem como base dados da Receita Federal e do IBGE. O trabalho considera que um segmento do setor de serviços pode ter parte da receita e dos empregos ligada a negócios com empresas e outra parte direcionada ao atendimento ao consumidor final.

A Reforma Tributária está no momento no Senado. O relator do tema, senador Eduardo Braga (MDB-AM), pretende publicar nova versão da proposta nesta terça (24),

No caso da aviação, por exemplo, cerca de 50% das receitas e dos empregos foram computados como serviços ao consumidor final, e o restante como serviço prestado a empresas com recuperação de crédito.

Segundo o estudo, quase dois terços das receitas e 57% dos empregos no setor estão relacionados a atividades no meio da cadeia produtiva, ou seja, serviços prestados a empresas.

Essas atividades devem ser beneficiadas pela reforma, pois o tributo pago a esses profissionais gera crédito para o adquirente, o que não ocorre atualmente com o ISS e o PIS/Cofins cumulativo.

Serviços prestados ao consumidor final por meio do Simples Nacional representam 9% das receitas e 24% dos empregos no setor. Empresas desse regime que recolherem os novos tributos separadamente da guia única também poderão recuperar imposto e contribuições pagas.

Eduardo Cucolo/Folhapress



Mercado reduz previsão da inflação de 4,75% para 4,65% este ano



A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerado a inflação oficial do país – caiu de 4,75% para 4,65% neste ano. A estimativa está no Boletim Focus de segunda-feira (23), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2024, a projeção da inflação ficou em 3,87%. Para 2025 e 2026, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

A estimativa para este ano está acima do centro da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida

pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3,25% para 2023, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,75% e o superior 4,75%.

Segundo o BC, no último Relatório de Inflação, a chance de o índice oficial superar o teto da meta em 2023 é de 67%.

A projeção do mercado para a inflação de 2024 também está acima do centro da meta prevista, fixada em 3%, mas ainda dentro do intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Em setembro, o aumento de preços da gasolina pressionou o resultado da inflação. O IPCA ficou em 0,26%, segun-

do o IBGE. O percentual foi acima da taxa de agosto, que teve alta de 0,23%.

A inflação acumulada este ano atingiu 3,50%. Nos últimos 12 meses, o índice está em 5,19%, ficando acima dos 4,61% dos 12 meses imediatamente anteriores.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros - a Selic - definida em 12,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). O comportamento dos preços já fez o BC cortar os juros pela segunda vez no semestre, em um ciclo que deve seguir com cortes de 0,5 ponto percentual nas próximas reuniões.

Andraia Verdélio/ABR

Política

Lula diz que salário mínimo precisa aumentar todo ano



O presidente Lula (PT) disse, nesta segunda-feira (23), que o salário mínimo precisa aumentar todo ano, acima da inflação.

“Eu acho que a meninada tem que aprender uma profissão. Por conta de uma profissão, eu fui o primeiro de oito filhos da minha mãe a ter uma casa própria, a ter um carro, uma televisão. Porque a gente foge do salário mínimo”, disse.

“Por isso, precisamos aumentar o salário mínimo todo ano. É por isso que a gente não pode [ficar] dando apenas a inflação. A inflação não é aumento, é apenas reposição daquilo que comeu do nosso salário”, completou.

A declaração foi feita em

participação virtual, em evento de entregas simultâneas do Minha Casa Minha Vida. Esta é a segunda aparição do chefe do Executivo por videoconferência, desde que fez as cirurgias nas pálpebras e no quadril, em 29 de setembro.

O governo apresentou uma previsão orçamentária com salário mínimo de R\$ 1.421 a partir de janeiro de 2024.

O valor que é de R\$ 1.320 em 2023 subirá 7,65%. Além da inflação deste ano, prevista em 4,48%, o piso salarial terá mais 2,9% de correção, que é a variação do PIB de dois anos antes, conforme a política de valorização salarial do Executivo.

O salário mínimo é a base de benefícios previdenciários e assistenciais. Seis em cada

dez aposentados do INSS recebem o piso, incluindo quem tem direito à aposentadoria, pensão ou auxílio.

Além disso, o mínimo é o valor do BPC (Benefício de Prestação Continuada) pago a idosos carentes e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade. Ele também integra o cálculo dos atrasados nos JEFs (Juizados Especiais Federais) e o valor das causas no JEC (Cível). O valor final do salário mínimo, no entanto, pode sofrer variações até 1º de janeiro de 2024, quando entrará em vigor, se houver mudança na inflação. Isso porque a inflação oficial do país em 2023 só será divulgada pelo IBGE no início de janeiro.

Marianna Holanda/Folhapress

Ricardo Nunes adota tom bolsonarista e chama Boulos de amigo do Hamas

O prefeito Ricardo Nunes (MDB), que deve disputar a reeleição em São Paulo em 2024, adotou a linha bolsonarista e vinculou nesta segunda-feira (23) seu principal adversário na disputa, o deputado Guilherme Boulos (PSOL), ao grupo terrorista palestino Hamas, responsável pelos recentes ataques a Israel.

“O histórico da cidade demonstra que o eleitor quer saber como é que está a cidade dele, se vai ter prefeito que é amigo da turma do Hamas, se vai ter prefeito que é adepto de invasão, de não atender a legislação”, afirmou o prefeito em entrevista à rádio Eldorado.

“Eu sou um cara que respeita as leis, né. Respeito, tenho a minha história de vida, fiz um trabalho muito importante como vereador. Tem muita coisa para fazer? Tem, mas a gente está conseguindo avançar.”

Como mostrou a Folha de S.Paulo na semana passada,

adversários de Boulos elevaram a quantidade e o tom dos ataques a ele nas redes sociais desde o início da guerra entre Israel e o grupo terrorista Hamas, pressionando o pré-candidato a prefeito de São Paulo com críticas e desinformação, mostram levantamentos em grupos e plataformas.

O deputado federal tem atribuído a campanha negativa a apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que negocia aliança com o Ricardo Nunes. O MBL (Movimento Brasil Livre), que tenta consolidar a candidatura de Kim Kataguiri (União Brasil), também espalha conteúdos contra o psolista.

Apadrinhado pelo presidente Lula (PT), Boulos lidera a pesquisa Datafolha, com 32% das intenções de voto, seguido pelo pré-candidato à reeleição, com 24%. A ofensiva no ambiente digital preocupa a campanha do psolista, que atribui o movimento à “máquina de fake news BolsonaroNunes”.

Folhapress



Estatual controlada pelo centrão abre investigações sobre uso político da água



A Codevasf, estatal federal sob controle do centrão, abriu duas investigações para apurar se houve uso político na entregas de caixas-d’água nas superintendências de Petrolina (PE) e de Juazeiro (BA).

As apurações são resultado de uma série de reportagens da Folha de S.Paulo que revelou que estoques de caixas-d’água apodrecem em redutos de parlamentares, enquanto cidades sem padrinhos políticos acabam esquecidas pelas políticas públicas.

Estatais como a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) acabaram loteadas em busca de apoio político por Jair Bolsonaro (PL).

No governo Lula (PT), esse tipo de política vem sendo ampliada, com envio recorde de emendas parlamentares aos órgãos, como a Codevasf e o Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas). As comissões vão investigar as entregas feitas nos municípios de Santa Filomena e Campo Formoso, que são redutos de políticos do centrão abastecidos por emendas parlamentares.

Em nota, a estatal afirmou que as revelações da Folha de S.Paulo sobre “possível uso político de cisternas e caixas-d’água por municípios que receberam os reservatórios por doação da Codevasf serão apuradas por comissão designada especificamente para esse fim”.

“A comissão também será

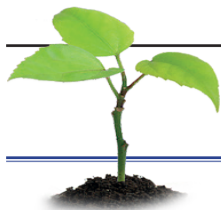
responsável por apurar as denúncias de armazenamento impróprio de caixas-d’água que se encontram sob a guarda de um ente municipal”, disse.

Segundo a estatal, na primeira semana de outubro foram constituídas comissões nas duas regionais, com três profissionais da companhia em Petrolina e quatro em Juazeiro. Os prazos iniciais foram fixados em até 30 dias.

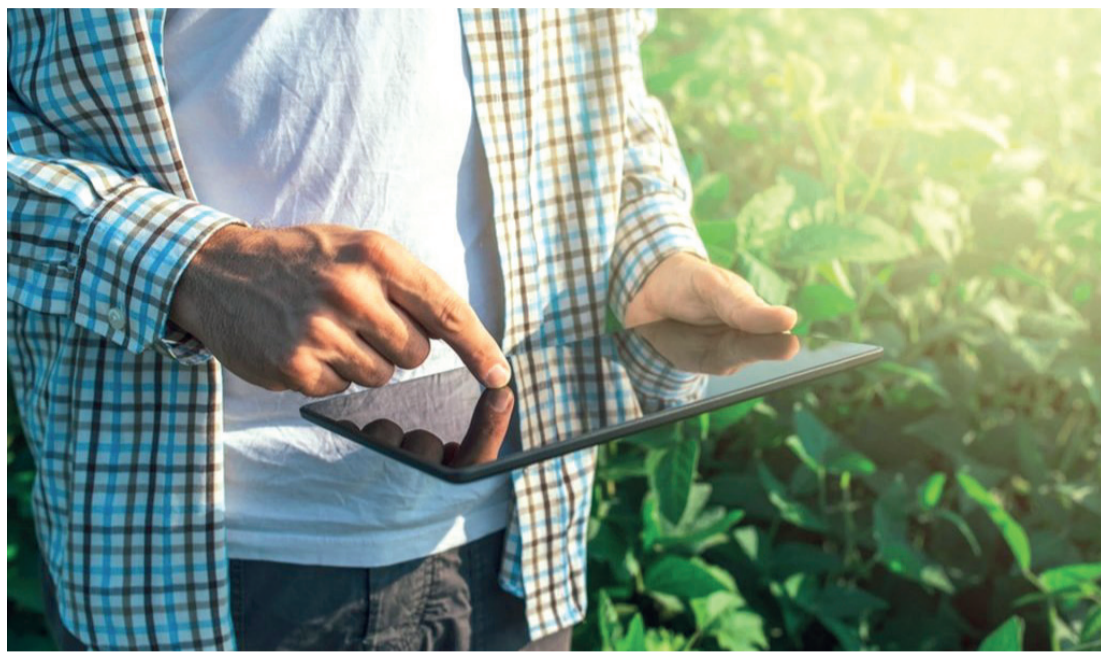
“O descumprimento de termos de doação pode acarretar reversão das doações --as conclusões apresentadas pelas comissões podem subsidiar a adoção de outras medidas”, diz a Codevasf.

Só no ano passado, a estatal distribuiu mais de 123 mil reservatórios, sendo apenas 10% sem recursos de emendas.

Artur Rodrigues/Folhapress



Agro continuará com papel importante na produção das energias do futuro



A participação do setor agropecuário será fundamental na consolidação de matrizes energéticas cada vez mais limpas e sustentáveis. Foi o que apontaram as tendências traçadas por especialistas em energia que participaram da elaboração da Rota Estratégica Nova Economia 2030, organizada pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)

A rota estratégica ou roadmapping é um processo de planejamento que facilita a identificação de novos produtos, processos e serviços necessários para enfrentar adversidades e para aproveitar novas oportunidades. Para oito dimensões temáticas (veja detalhes abaixo), espe-

cialistas traçaram ações de curto, médio e longo prazos, a fim de orientar o desenvolvimento de cada uma delas.

No tema “Energias Renováveis”, o agro terá forte participação em dezenas de ações recomendadas. Entre as de curto prazo está a consolidação da produção de biocombustíveis, área na qual o Brasil tem grande experiência com etanol e biodiesel. No documento, os técnicos recomendam a expansão da produção e do uso desses combustíveis para cumprir as metas de descarbonização.

O desenvolvimento do setor ainda deve passar pelo estímulo à implantação de biorrefinarias que geram, conjuntamente, biocombustíveis e outros bioprodutos

como fertilizantes. Outra recomendação dos especialistas é o estímulo à renovação da frota por veículos híbridos ou de emissão zero.

“Achamos muitas vezes que o veículo 100% elétrico é mais sustentável; no entanto, é preciso contabilizar as emissões envolvidas na produção de suas baterias e na fonte da energia que vai abastecê-lo. Nesse ponto, o veículo híbrido, que possui motores elétrico e a combustão, é bem menos impactante. E os híbridos movidos a biocombustíveis melhores ainda”, esclarece o pesquisador da Embrapa Alexandre Alonso, que participou do grupo de especialistas em Energias Renováveis da Rota Estratégica.

Biznews

Valor da Produção Agropecuária é atualizado para R\$ 1,150 trilhão este ano



As estimativas do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP), obtidas com base nas informações de setembro, resultaram em R\$ 1,150 trilhão para este ano. O valor é 2,7% maior em relação ao obtido em 2022, que foi de R\$ 1,120 trilhão. Em valores, um acréscimo de 30 bilhões.

As lavouras, com crescimento de 4,8%, tiveram um faturamento de R\$ 812 bilhões, e a pecuária, com retração de 2,2%, apresenta um faturamento de R\$ 337,8 bilhões. A safra recorde de grãos deste ano é o principal fator responsável por esses resultados.

Diversos produtos apresentaram desempenho favorável neste ano. Entre es-

Trigo: Clima ruim e preço em baixa transformam promessa de safra recorde em incerteza e prejuízo

Apesar de um aumento de 12,1% na área plantada e das expectativas de uma safra recorde, o cenário do trigo brasileiro na atual colheita é marcado pela incerteza e decepção. Problemas climáticos já resultaram em uma redução de 11,6% na produtividade, e essa situação pode se agravar ainda mais com a previsão de chuvas intensas no Sul nas próximas semanas. Essa adversidade no campo se soma à significativa queda nos preços, o que anula os lucros e, em alguns casos, leva a prejuízos para os produtores.

Esse quadro contrasta com o crescimento expressivo da cultura nos últimos cinco anos no país, onde a área plantada de trigo aumentou 69,6%, passando de 2,04 milhões de hectares em 2019 para 3,46 milhões em 2023. A produção do cereal mais que dobrou, saltando de 5,16 milhões de toneladas para 10,55 milhões de toneladas no ano passado, de acordo com a Companhia Nacional

de Abastecimento (Conab).

Esse aumento foi impulsionado pela valorização do mercado internacional, que atraiu os produtores, especialmente no Rio Grande do Sul, onde há mais áreas disponíveis durante o inverno para o cultivo de trigo. No entanto, o desempenho menor nas lavouras é resultado principalmente de quebras de safra no Sul, com a estimativa de colher 530,7 mil toneladas (-5,5%) a menos e uma queda de 12,9% na produtividade. A maior perda é registrada no Rio Grande do Sul, o maior produtor do país, onde a Conab calcula uma produção 16,9% menor, totalizando 4,76 milhões de toneladas.

Dados divulgados pela Conab indicam que, com cerca de 40% das lavouras já colhidas, a previsão é de uma queda na produtividade de 3.420 kg/ha para 3.023 kg/ha e uma produção total de 10,46 milhões de toneladas, uma diminuição de 0,9% em relação à safra anterior.

Exame



ses produtos, encontram-se amendoim, com aumento real de 13,5% no VBP, arroz 14,4%, banana 17,5%, cacau 17,3%, cana-de-açúcar 16,5%, feijão 4,9%, laranja 16,8%, mandioca 39,7%, soja 3,1%, milho 2,3%, tomate 25,5% e uva 13,7%.

Conforme coordenador geral de Planos e Cenários da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária, José Gasques, esse resultado se deve, especialmente, aos preços e ao volume produzido.

Alguns produtos como algodão, batata inglesa, café e trigo têm trazido contribuição negativa, apresentando retração do VBP. Para todo esse grupo, os preços mais baixos em 2023 são a princi-

pal causa do seu desempenho. Estes são acompanhados pela retração da carne de frango e carne bovina. Por outro lado, na pecuária, os suínos, ovos e leite, têm tido desempenho bastante favorável.

Cinco produtos, que respondem por 82,0% do VBP das lavouras, apresentam melhor desempenho, são soja, milho, cana-de-açúcar, café e algodão, esses produtos representam R\$ 665,2 bilhões no Valor da Produção Agropecuária.

Por fim, os resultados regionais mostram a liderança de Mato Grosso, seguido por Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Estes geram um faturamento de R\$ 592,6 bilhões, que corresponde a 51,5 % do VBP do país.

Biznews



CLEAN MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES S.A.

ATA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA (AGO - AGE) (Lei 6.404 de 15.12.1976, Art. 131 parágrafo único).

Data, Hora e Local: 04/08/2023 às 12h00, na sede da companhia. **Presenças:** Regularmente convocados todos os acionistas, membros do Conselho de Administração e Diretoria, comparecem em sua totalidade. **Mesa:** verificada as assinaturas no Livro de Presença, foi acordado que o Conselheiro Sr. Júlio Eduardo Meneguetti presidirá a reunião e Conselheiro Sr. Anibal Wadih Souliman, Jr. secretará-a. **Publicações:** dispensada dada a presença da totalidade dos Acionistas e dos membros exercendo do Conselho de Administração. **Ordem do Dia:** 1º. **AGO:** a) Aprovar o relatório da administração e demonstrações financeiras, relativo ao exercício encerrado em 31/12/2022, dispensada na forma do artigo 294 da Lei das S.As., regulamentada pela Portaria n. 1207/2021 do Ministério da Economia. b) Aprovar a distribuição de lucros e dividendos do exercício de 2022; c) Fixar a remuneração global da Diretoria para o exercício de 2023. **2. AGE:** a) Determinar a constituição de uma filial administrativa; b) Alteração de endereço da filial Nordeste; c) Consolidar o Estatuto Social em vigor. **Deliberações Tomadas:** Os senhores acionistas decidiram por unanimidade e sem quaisquer restrições: 1º. **AGO:** a) Aprovar o relatório da administração e demonstrações financeiras, relativo ao exercício encerrado em 31/12/2022 e dispensada sua publicação em Diário Oficial, na forma do artigo 294 da Lei das Sociedades por Ações, regulamentada pela Portaria n. 1207/2021 do Ministério da Economia. b) Aprovar a distribuição de lucros e dividendos na forma determinada pelo Acordo de Acionistas, ocorrida no exercício de 2022. c) Fixar a remuneração global dos membros da Diretoria para o exercício de 2023; d) Neste momento, suspendem-se os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária e passa-se para a pauta da Assembleia Geral Extraordinária. **2. AGE:** Mantido o quórum anterior, os acionistas e membros do Conselho, de forma unânime deliberam: a) Constituição da filial, denominada FILIAL ADMINISTRATIVA, sito à Av. Álvaro Rodrigues, nº. 152, 3º andar, São Paulo - SP, para fins de gestão administrativa, financeira e comercial, da sociedade, compreendendo, autorizando a Diretoria tomar todas as providências administrativas e operacionais neste sentido; b) Alterar o endereço da FILIAL NORDESTE, que passa para o 4.º andar alterando a sala no mesmo endereço, a seguir: Av. Governador Agamenon Magalhães, 2656, salas 405 e 406 (4.º andar) Espinho, Recife - PE, inscrita no CNPJ n. 11.957.593/0002-86. c) Consolidar o Estatuto Social, com todas as alterações ora promovidas. **Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Lei Aplicável, Sede e Prazo de Duração - Cláusula 1ª -** A Sociedade por ações denomina-se Clean Medical Comércio e Locação de Equipamentos Hospitalares S.A., e rege-se-á pelos termos do presente Estatuto Social e pelo disposto na Lei nº 6.404/76, conforme alterada e em vigor ("Lei das S.As"). **Parágrafo Único -** A Cia poderá, para todos os fins, adotar o nome fantasia de "Clean Medical Comércio". **Cláusula 2ª -** A Cia tem MATRIZ em São Paulo - SP, na Rua Adelino da Fontoura, nº 543, fundos, Jardim Jabaquara. a) Filial Recife - Av. Governador Agamenon Magalhães, n. 2656, Salas 405 e 406 (4.º andar), bairro do Espinho, Recife - PE, CNPJ/MF n. 11.957.593/0002-86 e b) Filial Administrativa - Av. Álvaro Rodrigues, nº. 152, 3º andar, São Paulo - SP. **Parágrafo Único -** Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá abrir, transferir e extinguir filiais, agências, depósitos e escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Cláusula 3ª -** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II - Do Objeto Social - Cláusula 4ª -** A Companhia tem por objeto social: a) Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos; b) Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos médico-hospitalares; c) Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios; d) Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares sem operador; e) Manutenção e assistência técnica de equipamento médico-hospitalares, aparelhos eletrodomésticos, eletro terapêuticos e de irradiação; e) Intermediação de negócios. **Capítulo III - Do Capital Social - Cláusula 5ª -** O capital social da Cia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 35.575.864,00 dividido em 31.999.922 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º -** A Cia poderá aumentar o seu capital em até 3.200.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal mediante aprovação pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma do Estatuto Social. **Parágrafo 2º -** E vedada a emissão, pela Cia, de partes beneficiárias. **Cláusula 6ª -** As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária conferirá a seu titular direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral. **Capítulo III - Administração - Cláusula 7ª -** A Companhia será administrada por um conselho de administração e por uma diretoria com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social e o Acordo de Acionistas arquivado na sede da Cia. **Parágrafo único -** Os membros do Conselho Fiscal e da Diretoria serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, no prazo máximo de 30 dias contados da data de sua eleição, e permanecerão no exercício dos seus cargos até à investidura dos administradores que os substituíam, nos termos da lei e deste Estatuto. **Seção I - Conselho de Administração - Cláusula 8ª -** O Conselho de Administração é composto por até 06 membros, pessoas naturais, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, sendo um deles eleito Presidente do Conselho de Administração. **Parágrafo 1º -** Competirá a qualquer membro do Conselho Administração convocar as reuniões do Conselho por qualquer meio escrito que permita a confirmação do recebimento, enviada aos Conselheiros e aos acionistas, com 05 dias de antecedência em primeira ou segunda convocação, a qual deverá conter o dia, hora, local e a agenda da ordem do dia, bem como uma descrição detalhada, acompanhada da documentação de suporte dos assuntos a serem deliberados na reunião. Independentemente das formalidades previstas neste parágrafo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros por si ou representados na forma do presente Artigo. **Parágrafo 2º -** Competirá ao Presidente do Conselho de Administração coordenar os trabalhos de cada reunião, devendo indicar o secretário. No caso de impedimento ou ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, as reuniões do Conselho de Administração serão presididas por qualquer outro membro presente do Conselho de Administração, a quem caberá indicar o secretário. **Parágrafo 3º -** As reuniões do Conselho serão realizadas na sede da Cia ou em outro local, conforme determinado conjuntamente por todos os membros do Conselho de Administração. **Parágrafo 4º -** As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença do número de Conselheiros exigidos para sua deliberação válida. **Parágrafo 5º -** Ao término de cada reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. **Parágrafo 6º -** Em caso de impedimento temporário ou ausência, o Conselheiro temporariamente impedido ou ausente poderá (a) nomear qualquer outro conselheiro como seu procurador para votar em tal reunião, desde que a respectiva procuração seja entregue ao Presidente do Conselho de Administração ou ao Presidente da reunião antes da sua instalação; (b) enviar seu voto por escrito ao Presidente da reunião antes da sua instalação, via correio eletrônico (e-mail), carta registrada ou carta entregue em mãos; ou (c) participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de videoconferência ou conferência telefônica, desde que envie seu voto por escrito via correio eletrônico (e-mail), carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente da reunião antes do encerramento, lavratu e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que o conselheiro que participa remotamente será considerado presente à reunião, inclusive para fins de instalação, e esta será considerada realizada no local onde estiver o Presidente da reunião. **Cláusula 9ª -** Exceto nos casos específicos previstos no Estatuto Social da Cia ou no acordo de acionistas arquivado em sua sede, as deliberações do Conselho de Administração da Cia serão aprovadas pela maioria simples de seus membros, observado que em caso de empate nas deliberações do Conselho de Administração com relação a matérias que não exijam maioria qualificada, nos termos da Cláusula 10 abaixo, caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade. **Cláusula 10ª -** As seguintes matérias dependerão do voto favorável de 4 conselheiros para serem aprovadas, observado o disposto no acordo de acionistas arquivado na sede social da Cia: a) Fixação da orientação geral dos negócios da Cia; b) Aprovação e alteração do orçamento anual e do plano de negócios da Companhia e de suas Subsidiárias; c) Escolha e destituição dos auditores independentes; d) Abertura e o encerramento de filiais; e) Fixação das atribuições dos Diretores da Cia, observado o disposto no Estatuto Social; f) Celebração, alteração ou rescisão de contratos e/ou acordos de natureza financeira, incluindo, mas não limitado, a empréstimos, antecipação de recebíveis e arrendamento financeiro pela Cia e/ou suas Controladas, que resultem em um nível de endividamento da Cia superior a duas vezes o EBITDA da Cia no exercício social em curso; g) Criação de ônus sobre bens e ativos da Cia, caso o valor total dos bens e ativos a serem onerados seja superior a R\$ 1.000.000,00, seja em uma única operação ou em uma série de operações inter-relacionadas; h) Realização de despesas de investimento de capital (capex) e/ou aquisição de quaisquer ativos, direitos, negócios ou bens (incluindo luvas) pela Companhia ou suas Controladas, com valor individual ou agregado superior a R\$ 2.000.000,00, seja em uma única operação ou em uma série de operações inter-relacionadas; i) Transferência de quaisquer ativos, direitos, negócios ou bens da Companhia ou suas Controladas, com valor individual superior a R\$ 1.000.000,00, em uma única operação ou em uma série de operações inter-relacionadas, exceto com relação à transferência de bens no curso normal dos negócios e em contraprestação à aquisição novos pela Cia; j) Concessão, pela Cia ou por suas Controladas, de qualquer mútuo, empréstimo ou adiantamento a qualquer terceiro, exceto com relação ao adiantamento a fornecedores realizados no curso normal dos negócios; k) Aquisição, Transferência ou Oneração de Participações Societárias em outras Pessoas, bem como a participação da Cia, direta ou indiretamente, em consórcio, joint ventures, sociedades em conta de participação ou outras formas de investimento em associação societária; l) A celebração, alteração ou rescisão, pela Cia, de acordos de quotistas ou acionistas, acordos de voto ou outros acordos que, de qualquer forma, regulem o exercício do direito de voto, a administração ou o exercício do poder de Controle ou a transferência de Participações Societárias; m) Constituição de sociedades, no Brasil e no exterior, pela Cia ou suas Controladas; n) Aumento de capital social da Cia dentro do limite do capital autorizado previsto em seu Estatuto Social; o) Prestação de garantia em favor de terceiros pela Cia e/ou qualquer de suas Subsidiárias; p) Celebração, alteração ou rescisão de contratos e/ou acordos entre, de um lado, a Cia e, de outro lado, qualquer Acionista da Cia ou suas respectivas Partes Relacionadas; q) Celebração, alteração ou rescisão de contratos e/ou acordos, de natureza não financeira, e que tenham por objeto a assunção de obrigações pecuniárias pela Companhia em valor superior a R\$ 250.000,00; r) Celebração, alteração ou rescisão de contratos e/ou acordos que contenham; (i) disposições que, de qualquer forma, restrinjam o direito ou a liberdade da Cia de se envolver ou concorrer com qualquer negócio ou com qualquer Pessoa em qualquer área; ou (ii) que tenham prazo de vigência superior a cinco anos; s) Contratação de funcionários pela Cia com remuneração individual bruta fixa anual superior a R\$ 250.000,00 ou qualquer alteração na remuneração de funcionários da Cia com remuneração individual bruta fixa anual superior a R\$ 250.000,00 que represente uma variação igual ou superior a 50% da sua respectiva remuneração anual; t) Definição e alteração de plano de bônus para funcionários da Cia; u) Início qualquer procedimento administrativo, judicial ou arbitral, ou celebração de acordo com relação a qualquer procedimento administrativo, judicial ou arbitral envolvendo valor individual superior a R\$ 500.000,00; v) Doação de recursos ou bens da Companhia a terceiros em valor superior a R\$ 10.000,00; w) Renúncia a direitos pela Cia em valor superior a R\$ 50.000,00; x) Alteração nas práticas fiscais e contábeis da Companhia, exceto conforme exigido por Lei; y) Assunção de dívidas, pela Companhia, em favor de terceiros; z) Declaração de dividendos semestrais ou intermediários à conta de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários, ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, na forma prevista em Lei; aa) O licenciamento, a Oneração, Transferência ou a prática de qualquer outro ato que possa facultar a exploração, por terceiros, de Direitos de Propriedade Intelectual de que a Companhia seja titular; bb) A escolha dos advogados, a definição da estratégia de defesa e a celebração de acordos envolvendo demandas relativas a questões relacionadas às leis anticorrupção, questões criminais ou fraude à lei, ou outras questões que possam afetar de forma material e adversamente a imagem e/ou a reputação da Companhia, nas quais a Companhia esteja no polo passivo; e cc) Orientação do voto da Companhia a ser proferido em Assembleias Gerais ou Reuniões de Sócios das Subsidiárias em relação às matérias listadas acima. **Parágrafo 1º -** Os valores mencionados na Cláusula 10 deverão ser atualizados anualmente com base na variação positiva do IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo). **Parágrafo 2º -** As operações que estejam devidamente previstas do orçamento anual e/ou no plano de negócios em vigor não estarão sujeitas ao quórum qualificado de deliberação previsto na Cláusula 10ª acima. **Seção II - Diretoria - Cláusula 11ª -** A Diretoria será composta por até 5 membros, pessoas naturais, residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo ao menos um Diretor Presidente e um Diretor Financeiro, e os demais designados no momento da sua eleição, com mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único -** No caso de vacância ou impedimento permanente de um dos Diretores, suas funções serão exercidas por outro Diretor, até que novo Diretor seja eleito para ocupar o cargo. **Cláusula 12ª -** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses da Companhia o exigirem e suas decisões serão tomadas por maioria de votos. **Parágrafo Único -** As convocações das reuniões da Diretoria indicarão a ordem do dia e poderão ser feitas por qualquer Diretor, conselheiro ou acionista. **Cláusula 13ª -** Compete à Diretoria assegurar o regular funcionamento da Companhia, bem como assegurar a gestão permanente dos negócios sociais e dar execução ao objeto social e resolvendo os assuntos atinentes a esses aspectos e cumprindo as determinações que lhe forem propostas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração. **Cláusula 14ª -** A Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: (i) Do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro, agindo em conjunto; ou (ii) De 1 Diretor e 1 procurador regularmente constituído, agindo em conjunto. **Parágrafo Único -** A Companhia poderá ser representada por qualquer Diretor ou 1 procurador regularmente constituído na prática dos seguintes atos: (i) assinatura de correspondência que não crie obrigações para a Cia, e (ii) representação da Cia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante a administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal. **Cláusula 15ª -** As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser sempre assinadas pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro, e, salvo as destinadas à atuação em juízo: (i) deverão ter um prazo de validade determinado, não superior a 01 ano, (ii) será vedado seu substabelecimento. Na hipótese de o mandato ter por objeto a prática de atos dependam de autorização da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o efetivo exercício de tais atos ficará expressamente condicionado à obtenção da autorização respectiva. **Cláusula 16ª -** Os Diretores receberão a remuneração fixada pelo Conselho de Administração e de acordo com os critérios estabelecidos em Lei. **Cláusula 17ª -** Em linhas gerais e de forma a complementar às regras estabelecidas neste Estatuto Social, a Assembleia Geral e o Conselho de Administração deverão deliberar sobre as funções da Diretoria atribuindo-lhes competência e áreas de atuação, porém sempre de forma a não imitar nem impedir a substituição de um Diretor por outro, independentemente de qualquer formalidade, para não obstruir a boa administração da Companhia. **Cláusula 18ª -** São expressamente vedados, sendo considerados nulos e inoperantes com relação à Companhia e terceiros, os atos de qualquer Diretor, funcionário ou procurador da Companhia que a envolverem em qualquer obrigação relativa a negócios ou operações estranhas ao objeto social, bem como concessão de garantias em favor de terceiros, tais como fianças, avais, endossos ou outras garantias quaisquer, salvo quando expressamente autorizado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, excetuando-se desta proibição os negócios realizados com as empresas pertencentes ao mesmo grupo desta Companhia, controladas, subsidiárias, coligadas ou associadas. **Capítulo IV - Do Conselho Fiscal - Cláusula 19ª -** A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente composto por 03 membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que deliberará sua instalação e de lhes fixar os honorários, respeitados os limites legais. Quando um funcionamento, o Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei. Os Conselheiros poderão renunciar expressamente ao seu direito à remuneração, devendo consignar a renúncia na Ata da Assembleia Geral que deliberar sua instalação. **Parágrafo 1º -** A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia assinatura do respectivo termo de posse do livro próprio. **Parágrafo 2º -** O Conselho Fiscal somente poderá deliberar com a presença da maioria de seus membros presentes e das reuniões lavrar-se-ão atas em livro próprio. **Capítulo V - Da Assembleia Geral - Cláusula 20ª -** A Assembleia Geral tem a competência prevista na Lei das Sociedades por Ações, devendo se reunir, ordinariamente, dentro dos 4 meses subsequentes ao término do

Eco Union Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 20.610.280/0001-67 - NIRE 35.228.541.980

Edital de Convocação Reunião de Sócios

Ficam convocados todos os Sócios a se reunirem em Reunião, que se realizará em 06/11/2023, às 11h00, na Rua Jaraguá, nº 578, Sala 3, Bom Retiro, São Paulo-SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) exclusão extrajudicial dos sócios Sr. Nan Joong Kim, Kyeong Nam Noh e Sang Kwan Han, por justa causa; (ii) estabelecer o direito à ampla defesa dos sócios, sendo a exclusão dependerá da aprovação de sócios representando a maioria de quotas do capital social. São Paulo/SP, 23/10/2023. **Eco Union Participações Ltda.** Mauro Sérgio Igarashi (Administrador).

Proteção Águia Serviços Empresariais Ltda.

CNPJ nº 14.994.223/0001-26 - NIRE 3560301638-2

Edital de Convocação Para Reunião de Sócios

Delmiro Rocha Carrilho Giglio, brasileiro, divorciado, empresário, RG nº 28.595.704-1 SSP/SP, CPF nº 268.752.038-12, na qualidade de administrador da **Proteção Águia Serviços Empresariais Ltda.**, sociedade empresária limitada, CNPJ nº 14.994.223/0001-26, com sede na Av. Washington Luis, 4705, Santo Amaro, SP/SP, CEP 04627-002, convoca seus Sócios para a Reunião de Sócios a ser realizada na sede da empresa e, simultaneamente, via videoconferência, tal como autorizado pelo art. 1.080-A, do Código Civil, por meio do link: <https://us02web.zoom.us/j/82044049668>, no dia 01/11/23, às 10hs em 1ª convocação, se presentes os sócios representativos de 3/4 do capital social, e às 10h15 em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, a fim de deliberar especificamente acerca da seguinte **Ordem do Dia:** a) Obter esclarecimentos do Sócio da Sociedade, Sr. Lourival Dourado de Lima, acerca de seu pedido de dissolução parcial da Sociedade, formulado nos autos do Processo nº 1026072-95.2023.8.26.0003; bem como b) Obter do referido Sócio Lourival Dourado de Lima, esclarecimentos sobre o envolvimento de terceiros nas demandas relacionadas aos Processos nº 1026072-95.2023.8.26.0003 e 1025962-96.2023.8.26.0003, notadamente em relação à imputação de supostas irregularidades alegadamente praticadas por estes, já que tais alegações podem trazer sérios prejuízos aos negócios sociais. **Informações Gerais:** Os sócios que assim desejarem poderão ser representados por procuração específica, outorgada de acordo com os requisitos legais e do Contrato Social da Sociedade. SP, 20/10/23. **Proteção Águia Serviços Empresariais Ltda., Delmiro Rocha Carrilho Giglio.** (24, 25 e 26/10/2023)

Benner Sistemas S.A.

CNPJ/MF nº 02.288.055/0004-17

Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Convidamos os Senhores Acionistas desta Sociedade para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia **31 de outubro de 2023**, às 10h00, na sede social da empresa na Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 1681, 4 andar, sala 41-B, na cidade de São Paulo-SP, ou poderão participar via videoconferência, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Redução de Capital e (ii) Demais assuntos. São Paulo/SP, 23 de outubro de 2023. **A Diretoria.** (21, 24 e 25/10/2023)

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30 - NIRE 35.300.350.120 - Companhia Aberta

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 04 de maio de 2023
Data, Hora e Local: Reunião realizada no dia 04 de maio de 2023, às 15:00 (quinze horas), na modalidade semipresencial, e assim considerada realizada na sede social da **GPS Participações e Empreendimentos S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000 ("Companhia" ou "GPS"). **Presenças:** Presentes os membros do Conselho de Administração da Companhia ("CA-GPS"), a saber, senhores José Caetano Paula de Lacerda, Marcos Luiz Abreu de Lima, Roberto Lopes Pontes Simões, Pedro Franco Sales e a Conselheira Suplente, senhora Fernanda Didier Nascimento Pedreira, nos exatos termos da previsão contida no parágrafo 6º do artigo 15 do Estatuto Social da GPS e do parágrafo 2º do artigo 5º do Regimento Interno do Conselho de Administração, todos na sede social da Companhia, e os senhores Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho e Otavio Yazbek, os quais participaram remotamente, nos termos do parágrafo 3º do artigo 18 do Estatuto Social da GPS e dos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 do Regimento Interno do Conselho de Administração. **Convocação:** Realizada nos termos do parágrafo 1º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do parágrafo único do artigo 9º e do artigo 10º do Regimento Interno do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Cláudio Petruz. **Ordem do Dia:** PD, CA, GPS-012-2023: análise, deliberação e aprovação da Proposta de Aquisição de 100% (cem por cento) das quotas de emissão das sociedades Lyon Engenharia Comercial Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.153.782/0001-85 e Prosperar Serviços Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.079.745/0001-37 ("Aquisição", "Lyon" e "Prosperar", respectivamente), bem como autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as medidas que se façam necessárias à formalização da referida Aquisição. **Discussões e Deliberações:** após análise e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, que teve por base a apresentação disponibilizada previamente no Portal do CA-GPS, contendo o resumo das razões e condições de Aquisição, incluindo o preço, a forma de pagamento, a minuta de Contrato de Compra e Venda de Quotas, dentre outras informações, os senhores Conselheiros aprovaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, nos termos do artigo 21, incisos (viii) e (ix) do Estatuto Social da GPS, a Aquisição, pela Top Service Serviços e Sistemas S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.973.749/0001-15, controlada da Companhia, de 100% (cem por cento) das quotas de emissão das sociedades Lyon e Prosperar, a ser formalizada mediante a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Quotas, no âmbito do qual a Companhia figurará como interveniente garantidora, observado que a conclusão da Aquisição estará sujeita à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, dentre outras condições precedentes. Na sequência, os senhores Conselheiros autorizaram a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas que se façam necessárias para a formalização da Aquisição. **Lavratura:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, com a omissão das assinaturas dos senhores Conselheiros. Os Senhores Conselheiros presentes deliberaram ainda que: (i) a assinatura da presente Ata por meio eletrônico ou digital é válida e plenamente eficaz; (ii) ainda que venham a assiná-la digitalmente em local diverso, o local de assinatura é considerado, para todos os fins, como sendo na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde está localizada a sede da Companhia; e (iii) será considerada data de assinatura, para todos os fins e efeitos, a data da presente reunião, independentemente da data que constar na assinatura digital. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata para aprovação e assinatura de todos os presentes. São Paulo, 04 de maio de 2023. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Cláudio Petruz. Membros do Conselho de Administração: José Caetano Paula de Lacerda; Marcos Luiz Abreu de Lima; Roberto Lopes Pontes Simões; Pedro Franco Sales; Fernanda Didier Nascimento Pedreira; Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho; e Otavio Yazbek. (confere com o original lavrado em livro próprio). **José Caetano Paula de Lacerda** - Presidente; **Cláudio Petruz** - Secretário.

Dock Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 03.645.772/0001-79 - NIRE 35.300.191.234

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de setembro de 2023

Data, hora e local: em 13/09/2023, às 11:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Marcelo Prudêncio Jacques;** Secretário: **Duilio de Oliveira Beneduzzi. Deliberações da Ordem do dia:** Por unanimidade de votos e sem ressalvas: (i) **Alteração de Endereço.** Em razão da alteração de endereço da Dock Tech PB deliberada pelo Comitê Executivo da Companhia, aprova-se a retificação do Artigo 2º do Estatuto Social, em seu item "I" do Parágrafo Único, cuja redação passará a vigorar conforme a seguir disposta: "**Artigo 2º:** [...] **Parágrafo Único** - A Companhia possui filiais em: (i) João Pessoa/PB, à Avenida Rio Grande do Sul, nº 1345, 11º andar, Sala 1107, Caixa Postal nº 007, Ed. Evolution Center, Bairro dos Estados, CEP: 58030-020, CNPJ nº 03.645.772/0005-00, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado da Paraíba sob o NIRE 25999017471, na qual são desenvolvidas todas as atividades da matriz; [...]". **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **Mesa:** Marcelo Prudêncio Jacques - Presidente; e Duilio de Oliveira Beneduzzi - Secretário. **Acionistas Presentes:** Antonio Carlos Soares Junior e Dock Tech LLC. Barueri/SP, 13/09/2023. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 399.965/23-3 em 10/10/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Brasil Cash Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 30.507.541/0001-71 - NIRE 35.300.574.095

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

O Sr. **Maurício Caviglia**, Diretor da **Brasil Cash Instituição de Pagamento S.A.**, convoca todos os acionistas da Cia. a se reunirem em AGE, a ser realizada na Alameda Rio Negro, nº 500, sala 402, Torre 2, Alphaville, Barueri-SP, no próximo dia **30/10/2023**, às **10:00**, em 1ª chamada, e às **11:00**, em 2ª chamada, no mesmo dia e endereço, para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) destituição do diretor da Cia., o sr. **Ricardo Abdo Soave da Silva;** (ii) nomeação e eleição de nova diretora da Cia., sra. **Kamila Aparecida Paiva de Menezes;** (iii) alteração na forma de administração da Cia.; (iv) em se aprovando o item "iii" anterior, condução do Sr. **Maurício Caviglia** ao cargo de Diretor Presidente, e da sra. **Kamila Aparecida Paiva de Menezes** ao cargo de Diretora Jurídica; (v) alteração da forma de representação da Cia.; (vi) em se aprovando os itens "iii", "iv" e "v" acima, alteração do Capítulo IV e § 1º do Artigo 8º do Estatuto Social; (vii) alteração das matérias de competência da AGC, no que se refere às operações ordinárias em conexão ou vinculadas ao objeto social da Cia., com a consequente alteração do Artigo 9º do Estatuto Social da Cia.; (viii) aprovação e consolidação do Estatuto Social da Cia.. Barueri (SP), 20/10/2023. **Maurício Caviglia** - Diretor. (21, 24 e 25/10/2023)

MK Digital Bank Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ nº 35.624.319/0001-72 - NIRE 35.300.581.725

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/08/2023

Data/Hora/Local: 31/08/2023, 10hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada. Acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Claudio Miguel Miksza Filho;** Secretário: **Marcos Antonio Aparecido do Carmo. Deliberações aprovadas:** (i) Ratificar a Renúncia do Sr. **Wagner Santos da Costa**, brasileiro, divorciado, engenheiro da computação; (ii) Eleger o Sr. **Norberto Bertolaccini Filho**, brasileiro, casado, tecnólogo de produção, residente e domiciliado em São Paulo/SP para Diretor de Operações, com prazo de mandato até a posse dos que forem eleitos na AGO de 2026; (iii) Unificar o prazo de mandato dos membros da Diretoria, todos com mandato até a AGO de 2026. (iv) O aumento de capital social da companhia, em moeda corrente, no montante de R\$ 5.995.000,00, mediante a emissão de 5.995.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$ 2.005.000,00 para R\$ 8.000.000,00, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 8.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, de acordo com o boletim de subscrição, nova redação do Estatuto Social: Art. 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 8.000.000,00, dividido em 8.000.000 ações ordinárias, com direito a voto, todas nominativas, sem valor nominal. (v) Alterar o Artigo 3º do Estatuto Social: Art. 3º - A Companhia tem por objeto social: (i) a exploração da atividade de instituidor de arranjo de pagamento, criando regras e procedimentos que disciplinam a prestação de serviço de pagamento; (ii) a exploração da atividade de instituição de pagamento; a. disponibilizando serviço de aporte ou saque de recursos mantidos em pagamento; b. executando ou facilitando a instituição de pagamento relacionada a determinado serviço de pagamento, inclusive transferência originada de ou destinada a conta ele pagamento; c. gerindo conta de pagamento; d. emitindo instrumento de pagamento pré-pago e pós-pago; e. executando remessa de fundos; e f. convertendo moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa credenciar a aceitação ou gerir o uso ele moeda eletrônica. (iii) serviços em geral na área ele meios eletrônicos de pagamento. (iv) a prestação ele serviços de Correspondente de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Parágrafo Único - O objeto social poderá ser modificado, ampliado ou reduzido, mediante deliberação dos acionistas. (vi) Consolidar o Estatuto Social. Nada mais. São Paulo/SP, 31/08/2023. JUCESP nº 386.749/23-1 em 27/09/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PRX Holding Ltda.

CNPJ nº 51.653.125/0001-51 - NIRE 35.261.893.300

Instrumento Particular de Primeira Alteração de Contrato Social e Transformação

Pelo presente instrumento particular: (i) **Renato Carvalho Chain Intakli** ("Renato"); (ii) **Gustavo Razera Brazza-lotto** ("Gustavo"); (iii) **Diego Machado Andrade** ("Diego"); (iv) **Flavio Marcondes Bojikian** ("Flávio"); (v) **Vinicius Beran Nogueira** ("Vinicius"); e (vi) **Luiz Antônio Gonçalves Pinto;** Únicos Sócios da **PRX Holding Ltda.**, CNPJ 51.653.125/0001-51, com registro na JUCESP nº 35.261.893.300. Deliberações aprovadas: I. Transformação. 1. A transformação da sociedade em uma sociedade anônima de capital fechado e alteração da sua denominação social para **PRX Capital Holding S.A.** 2. Em razão da transformação o capital social passa a ser composto por 15.501 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal ("Ações"), sendo os quotistas transformados em acionistas. 3. O aporte na Companhia do valor total de R\$ 520.500,00, mediante a emissão de 3.501 ações ordinárias, ao preço de R\$ 148,67 por ação, sendo certo que do valor total: (i) R\$ 3.501,00 serão destinados à formação do capital social, e (ii) o saldo remanescente, de R\$ 516.999,00, deverá ser destinado para a reserva de capital. 4. Os acionistas Gustavo, Renato e Diego renunciaram expressamente ao seu direito de preferência de forma a permitir que a totalidade das novas ações ordinárias sejam subscritas por Vinicius, Flávio e Luiz, nos termos do Boletins de Subscrição. 5. Como resultado das deliberações acima, o capital social passará para R\$ 19.002,00, dividido em 19.002 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. III. Aprovação do Estatuto. 6. Aprovar o texto do estatuto social da Companhia que a regerá a partir da sua transformação. IV. Eleição dos Diretores. 7. Eleger os seguintes administradores para compor a Diretoria, para cumprir o mandato de 03 anos a partir desta data: Vinicius Beran Nogueira, acima qualificado; e Gustavo Razera Brazzalotto, acima qualificado. 8. A Diretoria não receberá remuneração. 9. Os Administradores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. SP/SP, 03/08/2023. JUCESP/NIRE nº 3530062118-2. JUCESP nº 317.149/23-4 em 14/08/23. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Cotação das moedas



Coroa (Suécia) - 0,4567	Peso (Chile) - 0,005374
Dólar (EUA) - 5,0164	Peso (México) - 0,2771
Franco (Suíça) - 5,625	Peso (Uruguai) - 0,1258
Iene (Japão) - 0,03349	Yuan (China) - 0,6857
Libra (Inglaterra) - 6,1366	Rublo (Rússia) - 0,05309
Peso (Argentina) - 0,01433	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,341

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal
 acesse nosso site:
www.datamercantil.com

Isolux Telecomunicações Ltda.

CNPJ nº 11.191.385/0001-38
 NIRE 35232782741

Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10/07/2023

Em AGE de 10/07/2023 aprova a redução desproporcional do capital social da sociedade no valor de R\$1.000.000,00, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da sociedade, nos termos do Artigo 1.082. inciso II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 950.000 quotas representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal de 1,00 (um real) cada uma, passando o capital social da sociedade para R\$ 50.000,00 dividido em 50.000 quotas, com valor nominal de R\$1,00 cada uma.

DÓLAR compra/venda Câmbio livre BC - R\$ 5,0158 / R\$ 5,0164 ** Câmbio livre mercado - R\$ 5,0143 / R\$ 5,0163 * Turismo - R\$ 5,1200 / R\$ 5,2130 (* cotação média do mercado (**) cotação do Banco Central Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,29%
OURO BM&F R\$ 310,99
BOLSAS B3 (Ibovespa) Variação: -0,33% Pontos: 112.784 Volume financeiro: R\$ 21,248 bilhões Maiores altas: CVC Brasil (9,20%), GOL PN (5,51%), MRV ON (5,28%) Maiores baixas: Petrobras PN (-6,61%), Petrobras ON (-6,03%), Magazine Luiza ON (-1,95%) S&P 500 (Nova York): -0,17% Dow Jones (Nova York): -0,58% Nasdaq (Nova York): 0,27% CAC 40 (Paris): 0,5% Dax 30 (Frankfurt): 0,02% Financial 100 (Londres): -0,37% Nikkei 225 (Tóquio): -0,83% Hang Seng (Hong Kong): -0,72% Shanghai Composite (Xangai): -1,47% CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -1,04% Merval (Buenos Aires): -12,44%

Negócios

Flash vira instituição de pagamento e projeta economia de custos



A Flash, uma startup que entrou no mercado com um cartão de benefícios flexíveis para trabalhadores e posteriormente expandiu sua atuação para incluir a gestão de despesas corporativas, acaba de obter a autorização do Banco Central para operar como uma instituição de pagamento. Esta conquista a torna a primeira empresa de benefícios flexíveis a receber esse selo.

De acordo com o CEO e cofundador da empresa, Ricardo Salem, essa nova licença representa a perspectiva de economia de custos significativa, estimada em “dezenas de milhões de reais” anualmente. Isso se deve à capacidade da Flash de eliminar fornecedores que atualmente atuam

como intermediários em diversas operações financeiras, como Pix e boletos, abrindo caminho para o desenvolvimento de soluções financeiras mais ágeis. Salem afirma: “Vamos simplificar nossas operações, reduzindo a necessidade de intermediários e aumentando nossa eficiência.”

No entanto, a implementação das mudanças na empresa não ocorrerá de forma imediata, pois a Flash planeja uma abordagem gradual para introduzir os produtos que deseja operar internamente. “Ainda estamos avaliando quais funções serão internalizadas e quais permanecerão terceirizadas”, diz o executivo.

O processo para se tornar uma instituição de pagamento foi iniciado formalmente em

novembro do ano anterior, quando a Flash foi obrigada a tomar essa medida após atingir o limite de R\$ 300 milhões em transações nos últimos 12 meses, atingido em agosto. Somente este ano, a Flash já realizou transações no valor de mais de R\$ 8 bilhões, atendendo um total de 21 mil empresas.

Atualmente, a maior parte dos serviços financeiros oferecidos pela Flash, como pagamento de boletos, Pix e crédito consignado, depende da atuação de terceiros que atuam como intermediários. A única operação que a empresa executa internamente é a autorização de pagamentos no cartão de crédito, enquanto o processamento é realizado por outra empresa.

Pipeline Valor

Brasil é destaque em pesquisa sobre o processo de digitalização de pequenas e médias empresas



A digitalização tem sido um tópico central em feiras de empreendedorismo por vários anos, mas sua importância cresceu significativamente durante a pandemia e com a discussão sobre a Indústria 4.0. Digitalizar um negócio, independentemente do seu tamanho, vai além do investimento financeiro; requer uma reformulação cultural, de sistemas e, por vezes, até uma redefinição do entendimento do próprio negócio.

Uma pesquisa inédita, que será divulgada no dia 17 de outubro na Mercopar, uma feira de inovação industrial em Caxias do Sul, na região serrana do Rio Grande do Sul, revela que o Brasil se destaca na digitalização de

SP quer reduzir incentivo à construção de apartamentos usados para Airbnb

Um trecho da nova Lei de Zoneamento proposta pela Prefeitura de São Paulo pode ser a primeira medida contra o aluguel de apartamentos por curta temporada, estilo Airbnb.

A proposta da gestão Ricardo Nunes (MDB) é que a categoria de “serviços de hospedagem ou moradia” não mais configure uso misto, utilizado para construir unidades comerciais em prédios majoritariamente residenciais, que foi impulsionado pelo Plano Diretor de 2014.

Se a sugestão for aprovada pelos vereadores, estes empreendimentos perderão benefícios como o aumento de potencial construtivo sem o pagamento de contrapartida financeira.

O fenômeno de locação de apartamento por curta e longa temporada em plataformas digitais está em discussão em diversas cidades pelo mundo. Nova York, Lisboa e Paris têm tentado conter a atividade de sites estilo Airbnb por causa do aumento do custo de moradia, problemas com segurança e queixas do

setor hoteleiro.

De acordo com o vereador Rodrigo Goulart, relator da revisão da Lei de Zoneamento, a votação está prevista para a primeira quinzena de dezembro deste ano. Até lá, diz, o texto do Executivo deve ser alterado.

“Tem que ter algum tipo de controle [ao aluguel de curta temporada], mas não sei se da forma como o Executivo propôs”, afirma à Folha de S.Paulo.

A preocupação do vereador é como a cidade vai atender às queixas da população que vão de aumento no valor do aluguel ao incômodo com os “hóspedes” dos vizinhos e proteger o setor hoteleiro do impacto.

“Existem empreendimentos mistos que têm hotéis e flats instalados. Temos que ver como seriam incorporados se acabar o incentivo do nR1-12 [nRs são as classificações de uso, e a nR1-12 é a de serviços de hospedagem ou moradia]”, diz. O grupo nR1-12 engloba, por exemplo, hotéis de turismo e casas de repouso, que têm efetivamente um uso não residencial.



pequenas e médias empresas em comparação a outros países. O estudo comparou dez nações da América Latina, do grupo BRICS e da União Europeia e identificou que o Brasil é o único entre eles que já avançou nas três etapas de digitalização das PMEs: conscientização, implementação e manutenção.

Esse estudo foi conduzido pelo Núcleo de Engenharia Organizacional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), a pedido do Polo Sebrae de Indústria, liderado pelo Sebrae RS. Foram analisados 39 programas de transformação digital em dez países.

De acordo com Leonardo Ritta, especialista em competitividade industrial do Sebrae RS, os resultados deste benchmarking não apenas aprimorarão os programas existentes, mas também contribuirão para o desenvolvimento de novas políticas e iniciativas destinadas a promover a inovação e modernização nas pequenas empresas, impulsionando a competitividade e criando novas oportunidades.

O estudo destaca que, embora as características das PMEs variem entre os países, a maioria delas enfrenta desafios na integração de ferramentas digitais e inteligência artificial em suas operações.

Exame